



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 5826/2005 Projeto de Lei : 502/2005

Data e Hora: 30/11/2005 14:30:56

Procedência: Neuzinha de Oliveira

LANÇADO

h Institui o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa.

SANCIONADO *EX 12/05 Proj Lei*

PROJETO DE LEI nº 108/2005

**Sumula: Institui o Dia
Municipal de Combate à
Intolerância Religiosa.**

Art. 1º Fica instituído o dia 13 de agosto, no âmbito do Município de Vitória, como Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa.

Art. 2º A data fica incluída no calendário de eventos do Município de Vitória como sendo o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa.

Art. 3º O Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa terá como ponto culminante reunir entidades da sociedade civil, entidades e líderes religiosos, personalidades, ativistas dos direitos humanos, bem como promover palestras sobre as diversas religiões, os direitos fundamentais à liberdade de crença e ao livre exercício de cultos religiosos, as conquistas das diversas religiões.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com instituições religiosas, centros de pesquisas religiosas para a realização de eventos no que diz respectivo ao dia.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

ED. Paulo Pereira Gomes, 30 de novembro de 2005.


Neuza de Oliveira
Vereadora
PDT

JUSTIFICATIVA

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5826	01	P

Historicamente, a intolerância está presente na esfera das relações humanas fundadas em sentimentos e crenças religiosas. A discriminação e a intolerância que há séculos perseguem as religiões de matriz africana representam uma das faces mais perversas do racismo.

Além disso, as religiões afro-brasileiras foram e ainda são associadas, às manifestações macabras, primitivas e demoníacas. Vemos também, religiões indígenas, o Judaísmo, o Islamismo, o Espiritismo, o Budismo e outras religiões que no Brasil podem ser consideradas "minoritárias", também são vítimas de discriminação.

A estátua de Iemanjá, que fica no píer de Camburi, em Vitória – ES, por exemplo, foi alvo da intolerância e do preconceito quando teve suas mãos quebradas por vândalos em 2004.

De outra parte poderíamos pensar: "Mas nós vivemos em um país livre!". Mas afinal, quais seriam as restrições à essa liberdade? Mesmo o mais ferrenho defensor da liberdade de expressão pode se ver diante de circunstâncias que a questione. Por exemplo, é possível tolerar a liberdade de expressão quando esta ataca a religião e os bons costumes? Podemos, em nome dessa liberdade, admitir a livre expressão de literatura de cunho racista e preconceituoso? Certamente não! A nossa liberdade deve ir até aonde se inicia o direito do próximo.

A intolerância, de qualquer tipo, é algo que não condiz com a doutrina do Estado moderno. Deve haver uma separação muito acentuada entre o Estado e a Igreja, princípio da laicidade do Estado, não podendo existir nenhuma religião oficial devendo o Estado garantir a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença.

Nossa **Constituição Federal**, um exemplo de democracia, constituição essa que foi conseguida graças à luta de milhares de pessoas, que saíram às ruas dizendo não à ditadura e ao regime militar, dando suas vidas por um país melhor, **estipula em seu art. 5º, inciso VI, ser "inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias."** Também o **inciso VIII**, do mesmo artigo, prevê que **"ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei."**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha 3	Página
5826	03	1

José Afonso da Silva conceitua a liberdade de crença como sendo: "a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou direito) de mudar de religião, mas também compreende a liberdade de não aderir a religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o agnosticismo".

A liberdade de crença é um direito assegurado na Constituição Federal que necessita urgentemente de validade prática, de modo que toda e qualquer crença ou religião possa ser exercida num contexto de respeito, paz e compreensão.

O artigo 140 do **Código Penal Brasileiro**, por sua vez, prevê o crime de injúria, e estipula em seu parágrafo 3º que: **"Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência" a pena prevista será a reclusão de uma a três anos e multa.**

Por isso, os grupos religiosos, independente de seu tempo de existência, de seu patrimônio, de suas influências políticas, de sua quantidade de fiéis, de seu potencial financeiro etc, para resguardo de todos os cidadãos, devem ser tratados pelo Município de forma igualitária.

Alguns municípios brasileiros já contêm leis municipais sobre o assunto, ou, pelo menos, projetos de lei em tramitação, como é de bom exemplo da Câmara Municipal de Salvador, Bahia, que já aprovou Lei neste sentido, que foi sancionada como lei municipal, numa cidade que é símbolo do ecumenismo e da tolerância perante diferentes cultos e crenças, modelo a ser seguido por este Município.

Com a nossa proposta legislativa pretendemos dar cunho de comemoração anual à garantia constitucional prevista no art. 5º, inciso VI, no sentido de combater toda e qualquer forma de intolerância religiosa no nosso País, e queremos ver as crianças, os jovens e os adultos do Município de Vitória engajadas nesse combate pacífico, à base da discussão e da reflexão, que, assim pensamos, far-se-á no dia 13 de agosto de cada ano, neste Município.

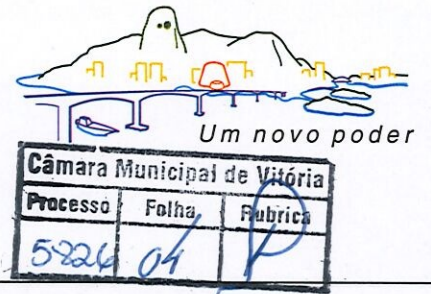
Nesse ínterim, diante do grande papel que representa este projeto, solicito aos ilustres Pares o imprescindível apoio para a aprovação da presente proposição.

ED. Paulo Pereira Gomes, 30 de novembro de 2005.


Neuza de Oliveira
Vereadora
PDT



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 12 / 12 / 05

.....
DIRETOR

LAURO CYRINESTE
DIRETOR DAL
C. M. V.

INCLUIA-SE EM PAUTA DE
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em, 06 / 12 / 05

.....
PRESIDENTE DA CÂMARA

Pautado em 1ª Discussão

Em, 07 / 12 / 05

.....
Presidente da Câmara

Pautado em 2ª Discussão

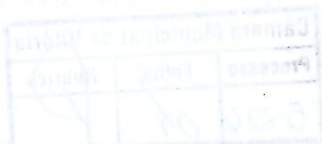
Em, 13 / 12 / 05

.....
Presidente da Câmara

Pautado em 3ª Discussão

Em, 15 / 02 / 06

.....
Presidente da Câmara



AO S.A.C. (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO, S
COMISSÕES ABAIXO:

1) **COMISSÃO JUSTIÇA**

2) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

3) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

4) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

EM 02 / 03 / 2006

DIRETOR DO DAL

LAURO GYPRESTE
DIRETOR DAL
G.M.V.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

ao Sr. Vereador **LUCIANO REZENDE**

para relatar.

Em 03 / 03 / 06

Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5826	05	R



Comissão de Justiça
Aprovado o Parecer
Ao Depto Legislativo para as devidas providências.
Em 22/03/2006
[Assinatura]
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei: 502/2005

Processo: 5826/2005

Autor: Neuzinha de Oliveira

Ementa: "Institui o Dia Municipal de Combate a Intolerância Religiosa."

De autoria da Vereadora Neuzinha de Oliveira, o projeto em epígrafe institui o Dia Municipal de Combate à intolerância Religiosa.

Conforme o disposto no artigo 188 do Regimento Interno, a propositura esteve em pauta por três sessões ordinárias (07/12/2005 a 15/02/2006) sem receber emendas ou substitutivos, foi recebido em nosso gabinete em 03/03/2006 para emissão de parecer.

Decorrido o prazo de pauta, foi à proposição encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, a fim de ser analisada quanto a seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme previsto no artigo 40 do regimento citado.

Ao examinar a matéria, verifica-se, através da informação fornecida pelo Departamento de Atividades Legislativas desta Casa, que o "Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa" ainda não foi instituído no Município.

Nota-se ainda que a matéria é de natureza legislativa e, quanto à iniciativa, de competência exclusiva do Legislativo Municipal.

Desta forma, não existindo impedimentos **legais** para sua aprovação, nosso parecer é pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de lei n.º 502, de 2005.

Palácio Atilio Vivácqua, 13 de Março de 2006

[Assinatura]
Luciano Rezende
Vereador – PPS
Relator do Projeto na Comissão de Justiça

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788 – Bento Ferreira – Vitória – ES
CEP: 29.052-120 – Telefax: (27) 3334-4554 - E-mail: lucianorezende@lucianorezende.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Ao Sr.(a):

Rita Batti

Para providenciar a extração do avulso.

Em,

22/03/2006

SAC - Serviço de Apoio às Comissões

Jacqueline R. F. Freitas

Inclua-se na Pauta da Câmara da

Em,

RESIDENTE DA CÂMARA

Sr. Diretor, devidamente providenciado,

Em, 23/03/06

Rita Batti

ASSINATURA

Inclua-se na Pauta da Ordem do Dia

Em,

16/05/06

PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5826	07	R

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

AVULSO Nº 100/2006

PROCESSO	5826/2005
PROJETO DE LEI	502/05
EMENTA	Institui o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa..
INICIATIVA	NEUZINHA DE OLIVEIRA
PARECER	Comissão de Justiça – Pela Constitucionalidade



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA
AO DAL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

EM 16/05/2006

PRESIDENTE DA CMV

EDNÊA/REGINA
Ao Sr. (Sra) _____
Para extração do Autógrafo de Lei e
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 15/05/06

DIRETOR DAL

Sr. Diretor, devidamente providenciado,

Em, 18/05/06

Leite Gade
ASSINATURA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5826	09	K



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

REGIME DE URGÊNCIA

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vitória.

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais, requer a V. Exa., após ouvido o douto Plenário, com base no que preceitua o art. 264 a 266 do Regimento Interno, Resolução nº 1722/98, seja incluído na Pauta da Ordem do Dia em REGIME DE URGÊNCIA, o Projeto de _____ nº 502 / 05 contido no Processo protocolado nesta Casa sob o nº 5826 / 05

Palácio Atílio Vivacqua, 25 / 05 / 06

Renzo de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
6828	10	K

urgência

BOLETIM DE VOTAÇÃO

21 SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 16 / 05 / 2006

VEREADOR	SIM	NÃO	AUSENTE
ADEMAR ROCHA	S		
ALEXANDRE PASSOS	P		
ALOÍSIO VAREJÃO	S		
ANTÔNIO DENADAI	P	-	
DERMIVAL GALVÃO	-	-	
ESMAEL ALMEIDA	S		
FABIO LUBE	S		
GILMÁRIO PASSARINHO	S		
LUCIANO REZENDE	S		
LUIZINHO COUTINHO	S		
LYRIO ROCHA	S		
NEUZINHA DE OLIVEIRA	S		
REINALDO BOLÃO	S		
TONINHO LOUREIRO	S		
ZEZITO MAIO	S		

SECRETÁRIO: Neuzinha de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5826	11	K

Projeto

BOLETIM DE VOTAÇÃO

91. SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 16 / 05 / 2006

VEREADOR	SIM	NÃO	AUSENTE
ADEMAR ROCHA	S		
ALEXANDRE PASSOS	P		
ALOÍSIO VAREJÃO	S		
ANTÔNIO DENADAI	—	—	A
DERMIVAL GALVÃO	—	—	A
ESMAEL ALMEIDA	S		
FABIO LUBE	S		
GILMÁRIO PASSARINHO	S		
LUCIANO REZENDE	S		
LUIZINHO COUTINHO	S		
LYRIO ROCHA	S		
NEUZINHA DE OLIVEIRA	S		
REINALDO BOLÃO	S		
TONINHO LOUREIRO	S		
ZEZITO MAIO	S		

SECRETÁRIO: Neuzinha de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5826	12	R

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE.AUT. Nº 095

Vitória, 18 de maio de 2006.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a V. Exa. o **Autógrafo de Lei nº 7.404/2006**, referente ao **Projeto de Lei nº 502/2005**, de autoria da Sra. Vereadora **Neuzinha de Oliveira**, aprovado em Sessão realizada no dia 16 de maio de 2006.

Atenciosamente,

Alexandre Passos
PRESIDENTE

Processo: 2239983/2006 Data : 26/05/2006 Hora: 09:35
Requerente : CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA
Assunto : AUTOGRAFO DE LEI
Documento: OFICIO - 095/2006
Destino: SECOP/GAB

Exmo. Sr.
João Carlos Coser
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. Nº 5826/2005-CMV
KMG



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
Processo	Folha	Rubrica
5826	13	K

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 7.404

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 502/05** envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Institui o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa

Art. 1º. Fica instituído, no calendário oficial de eventos do município de Vitória, o dia 13 de Agosto como sendo o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa.

Art. 2º. O Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa terá como ponto culminante reunir entidades da sociedade civil, entidades e líderes religiosos, personalidade, ativistas dos direitos humanos, bem como promover palestras sobre as diversas religiões, os direitos fundamentais à liberdade de crença e ao livre exercício de cultos religiosos, as conquistas das diversas religiões.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com instituições religiosas, centros de pesquisas religiosas para a realização de eventos no que diz respeito ao dia.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 18 de Maio de 2006.

Alexandre Passos
PRESIDENTE

Neuzinha de Oliveira
1º SECRETÁRIO

Fábio Lube Rangel
2º SECRETÁRIO

Aloísio Varejão
3º SECRETÁRIO



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA	
Processo	Folha
5826	16

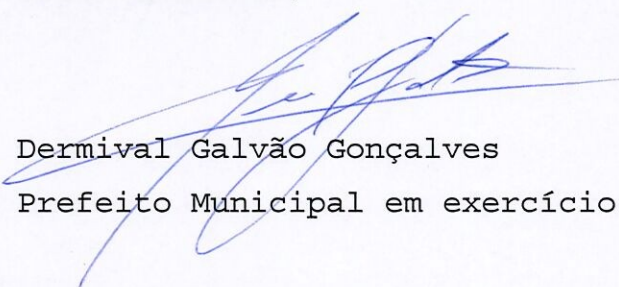
GAB/554

Vitória, 19 de junho de 2006

Senhor Presidente:

Sancionei na Lei nº 6.627, anexa, o Autógrafo de Lei nº 7.404/06, referente ao Projeto de Lei nº 502/05, de autoria da Vereadora Neuza de Oliveira.

Atenciosamente,



Dermival Galvão Gonçalves
Prefeito Municipal em exercício

Exmo.Sr.

Gilmário da Costa Gomes

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.2239983/06 - PMV

5826/05 - CMV

ccmt

14:55 21/06/06 038679

CAMARA MUNICIPAL	
Processo	Folha
5826	15



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

GABPREF / GDO
Publicado em
— A TRIBUNA —
DE 21 06 2006
RUBRICA

LEI N° 6.627

**Institui o Dia Municipal de
Combate à Intolerância
Religiosa.**

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

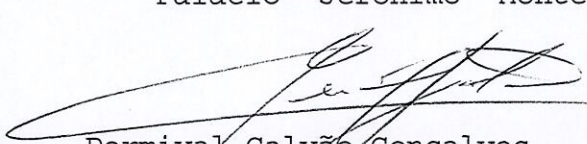
Art. 1º. Fica instituído, no calendário oficial de eventos do Município de Vitória, o dia 13 de agosto como sendo o **Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa.**

Art. 2º. O Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa terá como ponto culminante reunir entidades da sociedade civil, entidades e líderes religiosos, personalidade, ativistas dos direitos humanos, bem como promover palestras sobre as diversas religiões, os direitos fundamentais à liberdade de crença e ao livre exercício de cultos religiosos, as conquistas das diversas religiões.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com instituições religiosas, centros de pesquisas religiosas para a realização de eventos no que diz respeito ao dia.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 19 de junho de 2006.


Dermival Galvão Gonçalves
Prefeito Municipal em exercício

Ref.Proc.2239983/06

PROJETO DE LEI N°

PROCESSO N°

AUTOR:

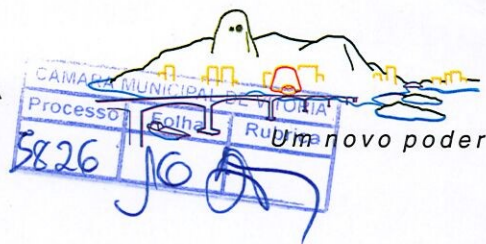
502105

5826/05

Neuzinha de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Sr. Diretor,
Encaminho para Expediente Externo
a Lei sancionada nº 6.627/06 publicada
no jornal A Tribuna de 20/06/06.
Em, 23/06/06.

Regina
REGINA CELIA DE AGUIAR
Funcionária

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 06/07/06

DIRETOR

LAURO CYPRESTE
DIRETOR DA
C.M.V.

AO D.A.L.

PARA PROVIDENCIAR OS DEMAIS ENCAMINHAMENTOS
REGIMENTAIS RELATIVO AO PRESENTE PROCESSO

Em 06/07/06

PRESIDENTE DA SESSÃO

≡ ARQUIVE-SE ≡

Em 06/07/06

LAURO CYPRESTE
DIRETOR DA
C.M.V.